

OS AÇORES NA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO sustentáculo da aproximação dos mundos e acervo de património cultural submarino*

por
Avelino de Freitas de Meneses**

1. Introdução

No sistema português de ensino superior, a criação da Universidade dos Açores quadra no contexto de contida expansão do termo da década de sessenta, que resulta em conversão súbita e prometedora na sequência dos acontecimentos políticos de 1974. De facto, a instituição universitária açoriana pertence ao conjunto das denominadas Universidades Novas, cujos projectos diferem geralmente dos modelos omniscientes do passado, que primam por perspectivas de uniformidade contra o reconhecimento da especificidade. Com efeito, a democratização do ensino, que implica o acréscimo do número de estudantes, determina a multiplicação dos estabelecimentos de grau superior, que normalmente surgem nas periferias, contrariando o anteposto primado dos grandes centros, também compreensível à luz da minguada significação tradicional da prática universitária. Esta transformação constitui um sério desafio, porque obriga à articulação de imperativos de universalidade com preceitos de

* "Oração de Sapiência" proferida em Ponta Delgada a 9 de Janeiro de 1996, na cerimónia solene de Abertura das Aulas e de Comemoração do 20º Aniversário da Universidade dos Açores.

** Departamento de História, F.C.S., Universidade dos Açores.

individualidade. Por outras palavras, nos Açores, o nosso projecto de Universidade impõe a coexistência do carácter universal do ensino superior com o privilégio das singulares problemáticas insulares¹. Estas circunstâncias impelem à definição de um programa de acção muito peculiar, cuja validade decorre do respeito pelo prudente determinismo da Geografia e da História e da correspondência a justos intentos comunitários de progresso.

Em Portugal, a falta do amparo da tradição dificulta o avigoramento desta diversa perspectiva de Universidade. No país, a prevalência de um sistema nacional de ensino muito uniforme constitui um óbice ao apropriado entendimento da singularidade. Na Região, a concomitante emergência da Universidade e da Autonomia move a solicitude dos açorianos, que almejam a concretização de projectos muito precisos. Neste caso, a eventual dilação de lídimas expectativas submete em demasia a instituição universitária à acção de distintas pressões, que molestam a necessidade de ponderação da prática científica. Neste contexto, a busca incessante de um procedimento de qualidade constitui o móbil mais seguro de fortalecimento no espaço nacional e de préstimo no conspecto insular.

Na Universidade dos Açores, o estudo da História ocupa necessariamente um lugar de privilégio. Neste particular, os propósitos

¹ Os Estatutos da Universidade dos Açores definem um programa de acção, que fomenta o estudo da especificidade insular, necessariamente à luz dos ditames mais universalistas do saber. Com efeito, no preâmbulo do diploma, lê-se que “Além de factores de natureza histórica, outros de natureza geo-económica e de promoção cultural aconselham o desenvolvimento de estudos de natureza universitária e de investigação básica e aplicada que levem ao aproveitamento dos recursos humanos e dos potenciais económicos de um arquipélago situado estrategicamente entre a Europa e a América. As condições desfavoráveis da insularidade podem e devem ser superadas por uma adequada política educacional que favoreça a difusão da cultura, da ciência e da tecnologia numa sociedade peculiar geograficamente descontínua, onde deve ser incentivada a mobilidade dos agentes culturais”. Ademais, no Artigo 3º sobre Atribuições, consta que “Em ordem à prossecução dos seus fins, são cometidas essencialmente à Universidade as seguintes atribuições:

a) Fomentar e realizar a investigação científica, designadamente nos domínios em relação aos quais o arquipélago dos Açores apresenta condições naturais e culturais particularmente favoráveis [...];

c) Ministras cursos cujos programas de estudo se adaptem às particularidades da Região e ao seu desenvolvimento cultural, social e económico;

d) Organizar cursos de especialização e de aperfeiçoamento, abertos a diplomados em qualquer dos ramos do ensino superior, e cursos de extensão, destinados a elevar o nível e os padrões culturais, científicos e técnicos da Região;”

(Cf. *Diário da República*, 1ª Série, nº 297, Despacho Normativo nº 178/90).

supremos da pesquisa convergem na individualização do suceder histórico insular, obviamente movida pela busca de uma identidade verosímil. Esta opção impugna, entretanto, o surto de perspectivas crônicas, impróprias do labor universitário, que geram o espectro do insulamento, contraditório da natural conexão do preciso meio ilhense com os latos universos circundantes. Nestas circunstâncias, o dever de rigorosa averiguação da real especificidade insular demanda a utilização do recto método científico, que também refuta a prática reprovável da influência política, embora motivada por paixões legítimas, necessitadas de justificação consistente. De facto, a procura da verdade histórica constitui a metodologia, simultaneamente exclusiva e suficiente, para a compreensão do labor secular dos açorianos, de utilidade inquestionável para a determinação, sem impróprio artificialismo, da margem de responsabilização dos ilhéus pela construção do futuro².

Nos limites estritos desta denominada “Oração de Sapiência”, não cabe uma tentativa de síntese da história dos Açores, por exemplo indispensável à meditação sobre a originalidade de uma eventual historiografia açoriana. Neste particular, o óbice principal reside na profusão e na diversidade das temáticas, que implicam propostas muito distintas de pesquisa e de reflexão³. Por isso, elegemos um semblante do passado insular, demonstrativo da nossa participação na abertura do Mundo e da utilidade do conhecimento histórico para a compreensão de problemas do nosso tempo. Nesta perspectiva, destacamos a universalidade das ilhas, reconhecendo o

² Sobre os rumos da investigação histórica açoriana, sugerimos a consulta do nosso estudo: “A Historiografia Açoriana: a problemática da identificação e a participação da Universidade”, in *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas* (dir. Alberto Vieira), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, pp. 19-27.

³ Nos Açores, a influência da geografia complexifica o semblante histórico do arquipélago, cujo reconhecimento exige a utilização em simultâneo de diferenciadas estratégias de investigação. Como já referimos, “...o privilegiado posicionamento geográfico no Atlântico, definido pelo determinismo de diversos agentes físicos e pelas condições técnicas da navegação, e os surtos da economia euro-ultramarina relevam a insubstituível participação dos Açores na interacção das civilizações. Por outro lado, o afastamento e a descontinuidade geográficas também motivam insuperável isolamento, que ampara a cristalização de muitas práticas e representações. Estas particularidades definem naturalmente os principais propósitos dos planos de pesquisa histórica, que relevam a contribuição insular para a construção do universo atlântico e promovem a realização de minuciosos estudos de incidência local, cuja necessidade deriva da divisão do arquipélago em nove parcelas muito desiguais”. (Cf. Avelino de Freitas de Meneses, “A Historiografia Açoriana [...]”, já cit, in *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*, p. 19).

desempenho de nítida convergência na aproximação dos povos. Além disso, temperamos o actual raciocínio da perifericidade extrema, mais compreensível no quadro do exercício da soberania política e da reclamação diligente de capitais ⁴.

O papel relevante dos Açores na expansão ultramarina de Portugal e da Europa constitui prova de grande utilidade na correspondência entre civilizações. Ademais, a perseverança deste diálogo dita a conseqüente acumulação de vestígios, originando a constituição de um apreciável património, que significa um auxiliar da composição histórica e um móbil de avaliação da cultura dos povos. No transacto decénio de oitenta, importantes e diversos testemunhos civilizacionais motivam a integração da cidade de Angra na lista do Património da Humanidade, patrocinada pela UNESCO ⁵. Na actualidade, uma controversa lei da República desperta as consciências

⁴ Na actualidade, os meios de comunicação social, a classe política e até os estudiosos confrontam permanentemente os açorianos com duas visões muito contraditórias do arquipélago, que resultam da prevalência de intentos de conjuntura sobre propósitos de reflexão. Com efeito, na perspectiva europeia, o conceito da ultra-perifericidade acentua as marcas do isolamento e da privação, que facilitam a obtenção de contrapartidas económicas. Ao invés, na óptica transatlântica, os ditames da estratégia sustentam as noções da centralidade e da projecção, que animam a reivindicação de capacidade política.

A análise científica concilia naturalmente o exagero destas imagens, rejeitando a identificação dos Açores com o centro ou o refúgio do Mundo. No entanto, a geografia, que constitui o cadinho e o molde da nossa história, define a complexidade do carácter açórico, porque patrocina a universalidade, resultante da participação na correspondência intercontinental, e determina a insularidade, decorrente da vivência em horizontes de solidão. Nestas circunstâncias, a divergência dos sentimentos humanos também fomenta a correspondente discrepância das posições. De facto, uns proclamam a miragem da transcendência, enquanto outros deploram a imposição do retiro. Assim, cumpre ao conhecimento histórico a identificação das características do passado e a sua respectiva composição, no respeito pelas expressões mais distintas.

⁵ A inscrição de Angra do Heroísmo na Lista do Património Mundial sucede em Dezembro de 1983, na sequência de um processo de preservação da zona histórica da cidade, particularmente abalada pelos efeitos devastadores do sismo de 1 de Janeiro de 1980.

Nesta decisão, influi a recomendação do ICOMOS, de Junho de 1983, que destaca principalmente a relevância de Angra “Dans l’histoire des explorations maritimes des XV^e et XVI^e siècles qui permirent la communication entre les grandes civilisations de l’Afrique, de l’Asie, de l’Amérique et de l’Europe...” (Cf. “Anexo à Acta da Primeira Reunião de 1984. A classificação da cidade de Angra na Lista do Património Mundial da UNESCO. Relatório do sócio do Instituto Álvaro Monjardino”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLII, Angra do Heroísmo, 1984, p. 485).

para a exploração do património português submerso nos mares ⁶. Curiosamente, os principais intentos de pesquisa convergem nas ilhas, reclamando a resposta da Universidade e a explicação da História. Neste caso, a influência do arquipélago na invenção do Mundo, resultante do expediente precursor dos portugueses, constitui via de aconselhável aproximação.

2. Os Açores na abertura do Mundo

Da formação de Portugal ao descobrimento dos Açores, decorrem cerca de três séculos. Todavia, este tempo corresponde à gestação da nacionalidade, que só conquista perene individualização nos campos de Aljubarrota em 1385. De facto, o país não deriva da evolução espontânea de qualquer unidade preexistente, de sensível reconhecimento nos aspectos geográfico, político ou cultural. Ao invés, a emergência do estado português no século XII concretiza uma autonomia tradicional e efectiva, enquadrável nos limites da denominada “revolução feudal”. Depois, a animosidade dos castelhanos, o receio dos mouros e eventualmente a atlantização do povoamento - depressa circunscrito a um rectângulo de fronteiras fixas embora muito artificiais - forjam as condições de uma unidade real, anulando múltiplas e primitivas disparidades ⁷. Nestas circunstâncias, apesar da diferença significativa de 300 anos, os Açores não perdem proeminência na História de Portugal. Com efeito, as ilhas acompanham a consolidação do espírito nacional e amparam o cumprimento do supremo desígnio português, concretamente a epopeia dos Descobrimentos e da Expansão, que rompe novos rumos para o país, para a Europa e para o Mundo.

Nos alvares de quatrocentos, o vigor da nova dinastia de Avis, as ambições incontidas e contraditórias de nobres e mercadores e o assentimento dos povos motivam a conquista de Ceuta em 1415. Este feito possui um significado deveras emblemático, porque corresponde ao esboço da concretização do primordial destino de Portugal. No entanto, a génese dos

⁶ Aludimos obviamente ao Decreto-Lei nº 289/93 de 21 de Agosto, que define o regime de exploração do património cultural subaquático português. (Cf. *Diário da República* - I Série-A, nº 196).

⁷ Para a compreensão da génese da nacionalidade, a interpretação e a síntese de Damião Peres, insertas no trabalho intitulado *Como nasceu Portugal*, ainda conservam muita actualidade.

Descobrimientos e da Expansão de Além-Mar envolve sérias dúvidas. Além da profusão e da complexidade das causas, a iniciativa e a interpretação do empreendimento geram ponderosas interrogações. Na verdade, ressalta o pioneirismo dos portugueses, a concorrência dos castelhanos e o atraso dos estados transpirenaicos. Contudo, a empresa ultramarina nacional quadra nas distintas conjunturas europeias do termo da Idade Média. De início, o crescimento dos séculos XI a XIII, que suscita surtidas frustradas no Atlântico. Depois, a crise da era de trezentos, cujo ciclo terrífico de fomes, pestes e guerras debilita a capacidade empreendedora dos homens, mas impõe a busca diligente de novos rumos. Do mesmo modo, a análise das origens da expansão vacila entre o reconhecimento de inovação e continuidade. Esta dicotomia contradita a visão mais simplista e tradicional, que confronta dois modelos económico-sociais: o agrícola e o comercial, abruptamente separados pelo começo dos descobrimentos. De facto, no ímpeto expansionista nacional, coexiste uma amálgama de categorias mentais, que associa em contínua fermentação a tradição, a novidade e a aventura. No entanto, o amadurecimento de propósitos ancestrais de expansão, de filiação europeia, faculta a utilização com segurança de uma técnica de domínio dos espaços inóspitos de Além Mar, que sempre determina a emergência de um tempo novo ⁸.

A abertura do Mundo, que motiva a aproximação dos continentes e a interacção das civilizações, constitui a mais marcante acção dos portugueses. Aliás, na proposta pragmática de periodização da história universal, este facto assinala o advento da denominada Idade Moderna, por consideração à expectativa de profundas mutações. Neste cenário inovador, depressa sobressai a relevância da Madeira e dos Açores, que significa a aproximação segura de Portugal à exploração revolucionária dos mares, em desfavor da empresa militarista de Marrocos, com demasiada similitude na reconquista cristã da Península Ibérica. Com efeito, nas ilhas, a acção dos portugueses

⁸ Sobre a origem e o carácter da expansão quatrocentista portuguesa, ressaltam as contribuições já clássicas dos principais historiadores dos descobrimentos, designadamente de Damião Peres, Jaime Cortesão, Duarte Leite, Luís de Albuquerque e Vitorino Magalhães Godinho. Todavia, ainda sugerimos a consulta dos mais recentes subsídios de Luís Filipe Thomaz, sobretudo os artigos "A Expansão Portuguesa e a Expansão Europeia - reflexões em torno da génese dos descobrimentos" e "A Evolução da Política Expansionista Portuguesa na Primeira Metade de Quatrocentos", inseridos na colectânea *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, Memória e Sociedade, 1994.

de quatrocentos enfrenta apenas as contrariedades do despovoamento. Deste modo, os arquipélagos constituem campo de experimentação dos modelos e das estratégias da nascente expansão ultramarina. Assim, testam as estruturas necessárias à organização dos novos, difíceis e desmedidos espaços de Além-Mar e respondem, quiçá pela primeira vez, às inquietações económicas portuguesas e europeias, que vigorosamente sustentam a empresa dos descobrimentos⁹. Porém, de relevância ainda maior, avulta a função estratégica, que significa o estímulo e o esteio para o desenvolvimento incessante das carreiras marítimas. Neste particular, ressalta sobretudo a utilidade dos Açores, resultante da fruição de uma privilegiada posição geográfica no Atlântico Norte, que faculta a conexão constante entre a velha Europa, a Costa de África e as paragens mais longínquas do Oriente e do Novo Mundo. Na verdade, a conjugação dos agentes físicos do mar com as limitações da navegação à vela impõe a definição de rotas, que convertem naturalmente o arquipélago em entreposto quase indispensável da conquista dos oceanos¹⁰.

O incremento dos projectos de expansão marítima dos europeus releva sempre o préstimo dos Açores, independentemente da diversidade dos protagonistas. Logo no século XV, no âmbito do império português então nascente, o arquipélago ampara o plano de exploração da costa africana, que demanda a utilização da escala insular nas viagens de retorno, e sustenta

⁹ Acerca da contribuição das ilhas para o projecto português de exploração marítima, sugerimos a consulta do nosso estudo: "Madeira e Açores: ensaio e sustentáculo da expansão ultramarina", in *Estudos de História dos Açores*, I, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994.

¹⁰ Os trabalhos de Artur Teodoro de Matos sobre a escala das carreiras comerciais de retorno do Oriente e da América nos Açores, particularmente na baía de Angra, constituem a melhor prova da utilidade da função estratégica insular na aproximação dos continentes. Deste autor, aconselhamos, por conseguinte, a leitura de: "A Provedoria das Armadas da Ilha Terceira e a Carreira da Índia no Século XVI", in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Coimbra, 1985; "Subsídios para a História da Carreira da Índia: documentos da nau S. Pantalião: 1592", in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 45, Lisboa, 1975; "Os Açores e a Carreira das Índias no Século XVI", in *Estudos de História de Portugal*, II, Lisboa, Estampa, 1983; *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no Século XVI (novos elementos para o seu estudo)*, Lisboa, Academia da Marinha, 1990; "As Escalas do Atlântico no Século XVI", in *A Viagem de Bartolomeu Dias e a Problemática dos Descobrimentos*. (Actas do Seminário realizado em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta de 2 a 7 de Maio de 1988), s/l, Secretaria Regional da Educação e Cultura/ Universidade dos Açores, 1989.

o fascínio do Ocidente, firmado no expectável achamento de mares e territórios ignotos. Estas acções relevam, pela primeira vez, a valia da base açoriana para o reabastecimento e a segurança das armadas ¹¹. Na era de quinhentos, após a descoberta da Índia e da América, os Açores garantem o apoio às rotas comerciais portuguesas e espanholas, conferindo solidez aos impérios ibéricos. Porém, ainda no século XVI, as ilhas movem a ambição expansionista dos povos da Europa do Norte, que consideram a escala açoriana meio de aproximação ao Além-Mar e expediente de acesso aos

¹¹ A individualização do valor das ilhas para o desenvolvimento da empresa ultramarina dos portugueses determina, por vezes, a justificação do descobrimento quatrocentista com desígnios de estratégia. Esta tese repousa, como é óbvio, no reconhecimento de um plano henriquino de domínio dos mares, movido pelo propósito de chegada à Índia pela circumnavegação de África, que não dispensa a passagem necessária e regular pelos Açores. Contudo, a averiguação dos factos demonstra que, por ocasião do achamento das ilhas, os descobrimentos não obedecem a um programa previamente definido, susceptível de antever com precisão o préstimo da escala açoriana para a construção do império. Com efeito, em vez de causa das viagens de descoberta e ocupação de Diogo de Silves e Gonçalo Velho Cabral, a função estratégica é fundamentalmente uma consequência de tais feitos, que só ressalta depois da dobragem do mítico Cabo Bojador. Este acontecimento abre a Portugal os mercados da Guiné e Mina, geradores de comércio lucrativo, que financia a exploração mais sistemática da costa ocidental africana, transformada em etapa de conquista da Índia apenas no tempo de D. João II. Aliás, os ritmos da colonização insular coincidem com os progressos da gesta descobridora dos portugueses, relevando particularmente a acção do “Príncipe Perfeito” e os resultados da viagem de Vasco da Gama. Com efeito, por meados da década de 1470, embora sob a responsabilidade da infanta D. Beatriz, tutora do donatário, redobra o ímpeto da colonização nas ilhas dos grupos oriental e central. Ademais, a extensão do povoamento às ilhas de Flores e Corvo sucede já no dealbar do século XVI, após a chegada dos portugueses ao Oriente, que relança definitivamente a relevância açoriana nas rotas do comércio transatlântico. Nestas circunstâncias, a explicação do descobrimento dos Açores adquire maior complexidade, mas entronca com certeza na multiplicidade das causas da expansão quatrocentista e nos incentivos conjunturais, que derivam do fracasso da ocupação de Marrocos e da insuficiente arroteia da Madeira.

A historiografia insular mais tradicional correlaciona em demasia a ocupação dos Açores com propósitos de conquista de novos mundos. De facto, encontramos vulgarmente esta interpretação em autores de crédito, como o marquês de Jácome Correia e Manuel Monteiro Velho Arruda. Todavia, a averiguação das fontes disponíveis contraria esta visão, ressaltando a maior utilidade dos Açores nas relações transatlânticas a partir do século XVI. Uma vez mais, realçamos a necessidade de consulta dos trabalhos de Artur Teodoro de Matos, que tratam do papel das ilhas na correspondência intercontinental com o comedimento e a fundamentação apropriados.

carregamentos mais exóticos e valiosos ¹².

Na globalidade, entre os séculos XV e XVII, a utilidade estratégica confere aos Açores uma projecção invulgar nos contextos nacional, internacional e ultramarino. Neste período, relevam o inicial pioneirismo dos portugueses e sobretudo a posterior paridade luso-castelhana, resultante da divisão do Ultramar, consignada em 1494 pelo tratado de Tordesilhas, superiormente sufragado pela Santa Sé. Este diploma determina a subalternização das potências da Europa do Norte, nomeadamente a França, as Províncias Unidas e a Inglaterra, e depressa resulta em oposição à denominada política do “mare clausum”, que salvaguarda para os peninsulares o monopólio da exploração ultramarina. Nestas circunstâncias, ressalta o compreensível envolvimento dos Açores nas contendidas da Modernidade, que confrontam os principais potentados europeus, sempre aguerridos na partilha ávida do Além-Mar.

No ocaso de quinhentos, a rebeldia insular(1581-83) e a conseqüente conquista espanhola(1583) espelham a proeminência do arquipélago nas ligações entre o Velho e o Novo Mundos, à luz das rivalidades da Europa. Com efeito, este episódio ameaça a estabilidade do colossal império filipino, recentemente acrescido pelas possessões portuguesas, e possibilita a redistribuição do Ultramar, requerida com insistência pelas potências nórdicas. Nesta perspectiva, a resistência aos espanhóis não constitui simples consequência da crise dinástica de 1580 e, por isso, reclama uma explicação consistente, que modere o tradicional móbil do patriotismo dos açorianos, particularmente dos terceirenses. Na verdade, a arrojada defesa da causa

¹² Sobre a relevância geoeconómica dos Açores na era de quinhentos, sugerimos nova consulta aos trabalhos de Artur Teodoro de Matos referidos na nota nº 10. Apontamos também os nossos estudos: *Os Açores e o Domínio Filipino (1580-1590)*, I. *A resistência terceirense e as implicações da conquista espanhola*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1987; *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, I. *Poderes e Instituições*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993. Ainda no âmbito da historiografia insular, referimos Maria Olímpia da Rocha Gil, *O arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos sócio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, 1979; Helder Fernando Parreira de Sousa Lima, “Os Açores na economia atlântica: contribuição para o seu estudo nos séculos XV, XVI e XVII”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XXXIV, Angra do Heroísmo, 1976. Todavia, diversos historiadores estrangeiros destacam igualmente a importância das ilhas na correspondência euro-ultramarina. Neste caso, recordemos, por exemplo, as contribuições de Pierre Chaunu, Frédéric Mauro, Bentley Duncan e Eufémio Lorenzo Sanz.

portuguesa repousa na determinante influência geopolítica dos Açores, que suscita o apoio militar de França e Inglaterra contra as pretensões hegemónicas de Espanha ¹³.

Antes e depois do episódio filipino, a guerra de corso e a pirataria elegem também os mares dos Açores por cenário de peleja, originando um rosário de combates, saques e afundamentos quase inumerável. A acção de corsários e piratas remonta a tempos muito longínquos, ressaltando por frequência mais ordinária as pugnas mediterrânicas, comodamente legitimadas pela tradicional antinomia entre cristãos e infiéis ¹⁴. Desta forma, nos alvares do século XVI, reconhecemos apenas a extensão deste fenómeno à largueza do Atlântico, donde procedem as produções exóticas ultramarinas, que transfiguram a fisionomia económica da Europa, suscitando muita cobiça. Nesta conjuntura, a identidade de corsários e piratas coincide naturalmente com a averiguação dos povos mais preteridos pelos sucessivos modelos de partilha do Além-Mar. De início, avulta a iniciativa dos nórdicos,

¹³ Para a compreensão da rebeldia insular, nomeadamente da terceirense, e das implicações da conquista espanhola, sugerimos a leitura do nosso estudo *Os Açores e o Domínio Filipino [...]*, I, já cit.

Na Terceira, os partidários de D. António, Prior do Crato, entendem que a manutenção da resistência deriva do entusiasmo do povo, mas também do socorro militar externo, naturalmente movido pela utilidade estratégica e económica dos Açores no tráfico transatlântico. A comprová-lo, registemos o caso de Frei Simão de Barros que, em Outubro de 1581, solicita o apoio bélico da rainha de Inglaterra contra os espanhóis, invocando a valia geoeconómica terceirense. Com efeito, o clérigo refere que "... a importância desta terra é tão grande que ousou dizer que sem na ter por si El-Rei de Portugal não poderá ser Rei de seu Reino, que tendo El-Rei Felipe contra si não será Rei, seguro nem ainda do Reino de Castela. Esta é a chave de toda a navegação de Espanha e quem a tiver não tem necessidade de ir a Índias nem de passar ao mar do sul, em tanto que se este verão houvera nesta ilha só quatro galeões ingleses pudéramos ter recolhido nela mais de dez contos de ouro..." (Cf. David B. Quinn, *England and the Azores. 1581-1582: Three Letters*, separata CXXIII do Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1979).

¹⁴ Nas vésperas da expansão quatrocentista portuguesa, Vitorino Magalhães Godinho reconhece curiosamente a participação dos portugueses numa guerra de corso muito activa contra a navegação muçulmana entre os reinos de Fez e Granada. (Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962, pp. 120-121). Aliás, esta tradição persiste nos alvares da empresa ultramarina, como bem refere Luís Filipe Thomaz, que admite a continuidade do corso português até 1448, quando sucede "... o triunfo definitivo do comércio sobre o corso, de que se emancipara aos poucos". (Cf. Luís Filipe Thomaz, "Expansão Portuguesa e Expansão Europeia [...]", já cit., in *De Ceuta a Timor*, p. 34).

que deplora o monopólio colonial dos ibéricos, reconhecido pelo tratado de Tordesilhas¹⁵. Depois, sobressai a acção dos berberes, que denota o declínio comercial do Mediterrâneo, perante a exploração mais proveitosa do Atlântico¹⁶.

No termo do século XVII, alguma historiografia portuguesa assinala a perda do relevante posicionamento estratégico dos Açores. Esta postura radica no declínio dos impérios peninsulares que, ao cabo de dois séculos de monopólio colonial, enfrentam a forte concorrência de ingleses, franceses e holandeses no Oriente e na América. Porém, esta visão subvaloriza a preponderância da geografia, que confere sempre às ilhas perspicua projecção

¹⁵ Nos Açores do século XVI, apesar da dificuldade de obtenção de dados estatísticos completos, todos os indícios convergem no reconhecimento da predominância de corsários e piratas de origem francesa e inglesa, cujos ritmos de actividade muito dependem da evolução das relações diplomáticas internacionais. Com efeito, para a 1ª metade de quinhentos, os estudos de Ana Maria Ferreira destacam a iniciativa dos gauleses, que molestam os navios das carreiras ultramarinas, mas também os barcos de comércio, que unem as ilhas e o continente e procedem ao transporte de carregamentos mais vulgares de víveres e manufacturas. (Cf. Ana Maria Pereira Ferreira, "Os Açores e o curso francês na primeira metade do século XVI - a importância estratégica do arquipélago (1521-1537)", in *Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984; "O curso francês e o comércio açoriano na primeira metade do século XVI (1521-1537)", in *Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico: do descobrimento à II guerra mundial*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989). Porém, no termo da era de quinhentos, procedemos a uma compilação de informações, que demonstra o acréscimo da acção dos britânicos. Este fenómeno decorre certamente da conquista filipina de 1583, pois restringe a utilização da base açoriana por agentes políticos e económicos da Europa do Norte, que não dispõem semelhante recurso numa época de disputa e construção de impérios ultramarinos. Ademais, a dianteira inglesa deriva sobretudo da guerra entre a Espanha e a Inglaterra, que sucede a partir de meados da década de oitenta e confere maior legitimidade e arrojo ao curso e à pirataria. (Cf. Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores e o Domínio Filipino [...]*, I, já cit., pp. 317-327).

¹⁶ Por falta de dados, não identificamos a evolução do curso e da pirataria em águas insulanas, pelo que reconhecemos a impossibilidade de assinalar a substituição da prevalência dos nórdicos pela dos berberes. No entanto, em meados do século XVIII, a averiguação desta problemática nos mares dos Açores já evidencia uma inequívoca mutação, porque então preponderam os ataques e o temor dos mouros. Contudo, a crescente iniciativa dos norte-africanos é já perceptível em seiscentos, quando procedem ao acometimento de diversas ilhas, nomeadamente Santa Maria (1616) e Graciosa (1691). Todavia, persiste sempre a actividade de corsários e piratas europeus, cuja acção se articula cada vez mais com o curso das disputas internacionais. (Cf. Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos [...]*, I, já cit., pp. 47-49 e 358-362).

no relacionamento entre a Europa e o Ultramar ¹⁷. Aliás, curiosamente diversos autores estrangeiros contrariam com persistência o síndrome de crise sublinhado pelos nacionais, realçando a constância da utilidade estratégica das ilhas, quando se adivinha a supremacia da Europa do Norte nos mares. Desta forma, sustentam que os Açores, à semelhança do sucedido nas centúrias de pioneirismo dos ibéricos, também fortalecem o primado ultramarino dos nórdicos, nomeadamente dos ingleses ¹⁸. Por isso, no início de oitocentos, o inglês Thomas Ashe até sugere a transformação do arquipélago em protectorado britânico, considerando a valorização geográfica

(17) Nos Açores, o historiador oitocentista terceirense Francisco Ferreira Drummond veicula a ideia da decadência insular, que sucede desde o tempo da Restauração. Com efeito, este estudioso identifica um longo período de crise entre 1640 e as reformas pombalinas de 1766, considerando que "... nos livros de notas dessa idade fatal se encontram inumeráveis escrituras de trespassos de empenhos de bens livres e vinculados, não havendo quase família por mais abastada que fosse que não alienasse grande parte de seus fundos, para se ver livre das violentas opressões da justiça..." (Cf. Francisco Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das nove ilhas dos Açores*, estudo introdutório, leitura, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 42).

Esta visão peca naturalmente por demasiado pessimismo. Na verdade, Ferreira Drummond descreve os Açores numa posição de duvidosa indiferença perante a prosperidade do império atlântico português na 1ª metade do século XVIII e o desenvolvimento das colónias inglesas da América do Norte. Porém, esta leitura sempre denota coerência, embora decorra sobretudo da análise da conjuntura terceirense. De facto, após a função quatrocentista de etapa da conquista do Novo Mundo e o desempenho do importante papel de escala e bastião de defesa e vigia do Atlântico nos séculos XVI e XVII, só na era de oitocentos as vicissitudes das lutas liberais erguem os Açores a uma posição de semelhante relevo internacional. Ademais, a partir de seiscentos, a predominância política terceirense não corresponde a igual projecção económica, porquanto o incremento da vinha e a colonização inglesa da América do Norte motivam a valorização do porto da Horta. Da mesma forma, depois do impacto mais nocivo da crise do pastel, a agricultura micalense supera a das demais ilhas, quer no tradicional cultivo de cereais como na produção de linho e sobretudo laranja.

(18) No intento de caracterização geral dos arquipélagos portugueses do Atlântico durante o século XVII, o historiador norte-americano T. Bentley Duncan destaca a permanência e até o acréscimo das valias económica e estratégica dos Açores na óptica do império inglês. Na verdade, este estudioso contrapõe inclusivamente o declínio da rota do Cabo e o incipiente comércio açoriano com o Brasil ao desenvolvimento da economia insular, decorrente da sua inserção nas rotas transatlânticas inglesas. (Cf. Bentley Duncan, *Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape Verdes in seventeenth century: Commerce and Navigation*, Chicago, 1972).

das ilhas nas carreiras transatlânticas da Inglaterra, então preponderante ¹⁹.

No decurso da Idade Moderna, concretamente entre os séculos XV e XVIII, o determinismo do mar e a tecnologia naval convertem os Açores em traço de união quase indispensável entre a Europa e o Ultramar. Por curiosidade, ressalta a importância da escala insular nas rotas de retorno do Oriente e das Américas, que transportam carregamentos valiosos, obviamente geradores de avidez impiedosa. Neste particular, relembremos as especiarias e artefactos orientais e sobretudo os metais preciosos americanos, de início a prata espanhola e depois o ouro e os diamantes brasileiros. Nestas circunstâncias, o arquipélago move sempre o interesse de comerciantes e navegadores, corsários e piratas, que promovem a redistribuição, o contrabando e o saque.

Nas ilhas, o amparo das carreiras comerciais, que de ordinário sucede na baía de Angra, acarreta o cumprimento de uma multiplicidade de funções, obrigatoriamente centrado na quadra estival, quando amaina a inclemência do mar ²⁰. No termo de viagens transatlânticas longas e desgastantes, o

¹⁹ Cf. Thomas Ashe, *History of the Azores or Western Islands; containing an account of the Government Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valorable islands to the British Empire*, London, 1813.

²⁰ A relevância económica da rota do Cabo e a cobiça dos estrangeiros motivam a coroa portuguesa à organização de um sistema de defesa, que destaca a projecção dos Açores no comércio ultramarino. De início, reconhecemos a organização da denominada “armada das ilhas”, que regularmente navega para o arquipélago, no intuito de reunir e comboiar até Lisboa os navios da Índia. Nesta tarefa, as expedições rumam primeiramente à cidade de Angra, onde procedem à recolha de informações e ao ajustamento das estratégias, mas permanecem em missão de vigilância para além das ilhas de Flores e Corvo, que constituem a ordinária porta de entrada das embarcações comerciais em águas insulares. Depois, individualizamos a criação da Provedoria das Armadas da Ilha Terceira, que reforça localmente a missão das esquadras de proveniência metropolitana, assumindo responsabilidades de provimento e reparação das frotas e até de fortalecimento da capacidade dissuasora da “armada das ilhas” em anos de maior assédio de inimigos. À semelhança do procedimento português, o rei de Espanha providencia igualmente a protecção das carreiras das Índias Ocidentais. Neste caso, individualizamos intentos de cooperação peninsular, que destacam a necessidade de opôr resistência a inimigos comuns e o préstimo insular na defesa das vias comerciais do Atlântico.

Os estudos de Artur Teodoro de Matos, que já referimos, constituem a principal contribuição para o esclarecimento da utilidade dos Açores e particularmente da baía de Angra no fluxo regular do comércio ultramarino. Todavia, sugerimos também a consulta dos nossos trabalhos: *Os Açores e o Domínio Filipino* [...], I, já cit., pp. 269-281; “A

arquipélago significa um almejado ponto de reencontro de embarcações que, por imponderáveis da natureza, arrostam com os riscos de dispersão quase inevitável. Além disso, a reunião das frotas intenta a reconquista de maior capacidade de dissuasão. Neste caso, releva o perigo da navegação entre os Açores e o cabo de S. Vicente, porque à imprevisibilidade climática acresce a perseguição de corsários e piratas, que intenta o apresamento dos navios de comércio antes do respectivo acolhimento nas barras de Lisboa e Sevilha²¹. No entanto, o préstimo da escala açoriana decorre principalmente do vulgar reabastecimento de víveres e da usual reparação de avarias. Uma vez mais, pesa o curso dilatado das carreiras marítimas, que origina a deterioração dos alimentos e a degradação dos materiais. Em conjunturas mais peculiares, sucede ainda o desembarque provisório de carregamentos, motivado pelo receio de naufrágio ou pelo temor de inimigos²². Por último, no arquipélago, sobretudo na cidade de Angra, importa a recolha de

questão filipina e a segurança das armadas comerciais das Índias”, in *Estudos de História dos Açores*, I, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994.

²¹ No processo de alargamento do curso e da pirataria à dimensão atlântica, a costa peninsular e a região dos Açores surgem logo como palcos das principais disputas. Daí o perigo da navegação entre o continente e as ilhas, que impõe a contínua adopção de medidas preventivas. Por isso, no termo do século XVI, a coroa portuguesa organiza anualmente expedições, para vigia do litoral e protecção da carreira da Índia. Trata-se da “armada da costa”, que age preferencialmente entre as Berlengas e o Porto, da frota do Algarve e da “armada das ilhas”.

Sobre o assunto, veja-se Artur Teodoro de Matos, *A Armada das Ilhas* [...], já cit.

²² No termo do século XVI, já depois da conquista filipina da Terceira em 1583, individualizamos casos de desembarque em Angra de navios das Índias de Castela, que invocam o risco de afundamento ou a perseguição de corsários e piratas. Com efeito, em Novembro de 1589, o mestre de campo Juan de Urbina alude à chegada de duas naus da armada de Álvaro Flores, referindo que só “... por milagre hauer llegado la cappitana segun venia conformam en esto La Plata se dio diligencia de hechar en tierra y en su custodia deshecha y haiendo la visto Personas que lo entienden se terna el cuydado que conuiene...” (Cf. Archivo General de Simancas, *Guerra Antigua*, legajo 254, doc. 132, carta de Juan de Urbina ao rei, Angra, 20 de Novembro de 1589).

Os carregamentos que, por razões de segurança, se recolhem na Terceira permanecem pouco tempo armazenados em Angra. No caso espanhol, que acompanhamos mais de perto, o bulfício comercial de Sevilha reclama a recepção com regularidade das mercadorias do Novo Mundo. Assim, os comerciantes peninsulares pressionam no sentido de rapidamente se proceder ao reembarque dos produtos ultramarinos, para garantir a satisfação de todos os compromissos. Além disso, os generais e pilotos das armadas comerciais evitam quase sempre o descarregamento de metais-preciosos na capital terceirense, pugnando antes pela regular conclusão das viagens, na mira da conquista do reconhecimento

informações muito úteis sobre as tendências mais previsíveis das principais variantes do comércio ultramarino, nomeadamente carregamentos, preços, datas e rotas. De facto, a junção atempada destes dados adquire um relevo extraordinário na programação das actividades económicas das buliçosas praças peninsulares de destino das frotas ultramarinas⁽²³⁾.

3. A História e o património cultural subaquático dos Açores

A escala das armadas comerciais motiva uma concentração excessiva de embarcações no mar dos Açores, se considerarmos o período curto e individualizado desta ocorrência anual. No entanto, aos navios de proveniência ultramarina adicionamos também distintas esquadras de origem europeia, que muito contribuem para o acréscimo da densidade naval em espaços precisos das águas açorianas. Assim, reconhecemos as marinhas do corso e da pirataria, motivadas pelo fito do roubo, e as frotas militarizadas portuguesas e castelhanas, movidas pelo propósito de guarida das naus de Além-Mar. Esta conjuntura aumenta a contingência de afundamento, decorrente da mera aglomeração, da insuficiência portuária e da probabilidade de confronto.

Nos Açores, o ímpeto do mar, o longo curso das rotas, a fragilidade e o agrupamento de embarcações e os ataques de diversos inimigos determinam a sucessão dos naufrágios. Assim, os fundos marítimos açorianos guardam testemunhos civilizacionais de valor inestimável. Na perspectiva

régio e da confiança dos mercadores. Nestas circunstâncias, o transporte para o continente dos tesouros e produções recolhidas em Angra sucede por diferentes vias. Na eventualidade de pressão de inimigos ou de ocorrência de avarias, a viagem prossegue logo após a resolução das adversidades. Aliás, nos casos de reparação de embarcações, ainda acontece o transbordo de carga para as armadas de protecção, que asseguram a regularidade da carreira. Todavia, nas situações de maior embaraço, detectamos a constituição nos principais portos ibéricos, sobretudo em Lisboa, de pequenas expedições, que possuem por objectivo a recolha dos carregamentos guardados nos Açores. Apesar da diligência da preparação, estas frotas ancoram no arquipélago no termo do Outono ou no princípio do Inverno, enfrentando a inclemência do tempo, numa demonstração de dependência da economia peninsular da recepção atempada dos proventos de Além-Mar.

Para o aprofundamento desta temática, consulte-se o nosso estudo: *Os Açores e o Domínio Filipino* [...], I, já cit., pp. 269-281.

⁽²³⁾ Artur Teodoro de Matos, "Os Açores e a Carreira [...]", já cit., in *Estudos de História de Portugal*, II, pp. 95-110; Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores e o Domínio Filipino* [...], I, já cit., pp. 277-278.

da inventariação e da pesquisa do património subaquático insular, destacamos a riqueza presumível de quatro locais, de maior preponderância nas tarefas ordinárias de defesa e abastecimento das armadas coloniais. Em primeiro lugar, enumeramos as cercanias da baía de Angra, escala preferencial das rotas comerciais das Índias durante os séculos de fluxo mercantil mais abundante e valioso²⁴. Desta forma, consideramos o ancoradouro terceirense um verdadeiro santuário cultural da Humanidade, cuja preservação demanda um esmero especial, para prevenir o risco de intervenções incautas, eventualmente ditadas por propósitos irreflectidos de circunstância. Depois, a região das Flores e Corvo, porta de entrada das naus de comércio em águas açorianas, insistentemente procurada pelas armadas peninsulares de protecção e pelas frotas de corsários e piratas sempre hostis²⁵. De seguida, a costa sul de S. Miguel, designadamente o troço compreendido entre Ponta Delgada e Vila Franca. Neste particular, realçamos a conveniente investigação dos fundos vilafranquenses, depositários dos destroços da decisiva batalha

²⁴ Nos Açores, a opção das carreiras ultramarinas pela paragem em Angra decorre certamente da segurança do ancoradouro e do desenvolvimento da economia. Estas variantes determinam a funcionalidade da escala, propiciando a defesa dos navios contra a inclemência do tempo e a assistência dos homens contra a privação e a doença. O préstimo angrense no comércio das Índias patrocina também o primado da Terceira no âmbito administrativo. Este fenómeno motiva a natural subalternidade de S. Miguel, cuja extensão e fertilidade representam um embaraço à arroteia, antes da conversão em superioridade económica, que desperta o empenho mercantil e a representatividade política correspondentes. Assim, nos séculos XVI e XVII, a capital terceirense assume a feição de cabeça do arquipélago, que muitas vezes adquire por extensão o epíteto de ilhas Terceiras.

²⁵ No século XVI, as cercanias das Flores e Corvo constituem o local de permanência da "armada das ilhas", quando anualmente aguarda as embarcações da carreira da Índia. Aliás, em 1578, o regimento do capitão-mor Jorge Meneses comprova este facto. Na verdade, o diploma incumbe ao provedor das armadas a preparação de um caravelão para o serviço da frota régia, cujo objectivo principal reside na manutenção de correspondência regular entre a cidade de Angra e a paragem de espera das naus do Oriente, nas imediações do Corvo. Além disso, compete ao caravelão a vigilância dos mares entre o Faial e as Flores, para prevenir a acção do corso e da pirataria. Pouco depois, precisamente no tempo da resistência terceirense, também compreendemos que o grupo ocidental dos Açores constitui o sítio de convergência das rotas da América espanhola. Com efeito, no verão de 1582, após a batalha de Vila Franca, o marquês de Santa Cruz ruma imediatamente para as proximidades das Flores e Corvo, considerando a necessidade de protecção das armadas comerciais.

No suceder do tempo, as ilhas do grupo ocidental preservam as importantes funções de reconhecimento e de rectificação de rumos, movendo a procura de todos os navios originários dos mares austrais. Aliás, em 1746, o cosmógrafo-mor do Reino Manuel

naval de 1582 e dos despojos de muitas embarcações que, antes da construção da doca de Ponta Delgada na era de oitocentos, buscavam amíúde a guarida do ilhéu, na vulgar ocorrência de tempestades²⁶. Por último, em referência a tempos mais próximos, referimos a baía da Horta, demandada por navios da Índia, da América espanhola, do Brasil e sobretudo das carreiras britânicas, que unem os portos ingleses às costas americanas²⁷. Todavia, à margem destes lugares de maior concentração de naufrágios, a generalidade das costas insulares constitui uma espécie de inesperada necrópole de muitos barcos.

A relevância dos Açores nas ligações entre a Europa e o Ultramar no decurso da Idade Moderna comprova o incalculável valor do nosso património submarino. Antes de mais, avulta naturalmente o significado cultural, que demanda a opção por um modelo zeloso de intervenção. Todavia, na perspectiva mercantilista, sempre imediatista e aviltante, o reconhecimento da valia económica de muitos despojos motiva apetites inconfessáveis, que não excluem de todo o desrespeito pela preservação dos vestígios de outras eras.

No passado, a riqueza do património subaquático dos Açores determina diversos intentos de averiguação, que geram operações restritas

Pimentel confirma a ordinária passagem das frotas do Brasil à vista das Flores. Por isso, em 1766, o provedor da fazenda real Manuel Matos Pinto de Carvalho assevera que só a imprevidência administrativa do passado impossibilita a conversão dos ancoradouros florentinos em relevantes entrepostos comerciais.

Acerca desta temática, veja-se: Biblioteca da Ajuda, 51-VI-19, fls. 281-290, regimento do capitão-mor da “armada das ilhas” Jorge de Meneses, Lisboa, 19 de Maio de 1578, cit. por Artur Teodoro de Matos, *A Armada das Ilhas* [...], já cit., pp. 43-51; 54-V-12, nº 2, roteiro e descrição das ilhas dos Açores por Manuel Pimentel, fidalgo e cosmógrafo-mor do Reino, s/l -1746, cit. por Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos* [...], I, já cit., p. 348. A.G.S., G.A., leg. 129, doc. 95, carta de Cristóvão de Erasso a António de Erasso, S. Miguel, 1 de Agosto de 1582. Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Papeis do Ministério do Reino*, m. 614, doc. s/nº, carta do provedor da fazenda real sobre a administração insular, Lisboa, 9 de Agosto de 1766, in *Arquivo dos Açores*, VI, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, p. 40.

²⁶ Sobre os antecedentes, as circunstâncias e as implicações da batalha de Vila Franca, consulte-se a primeira parte do nosso estudo *Os Açores e o Domínio Filipino* [...], I, já cit.

Acerca dos propósitos persistentes de construção de um porto no ilhéu de Vila Franca, veja-se: José Ricardo da Costa e Gama, *Promemoria sobre o ilhéu de Vila Franca na Ilha de S. Miguel uma dos Açores*, Lisboa, 1797.

²⁷ Cf. Avelino de Freitas de Meneses “A preponderância geoeconómica do Faial na conjuntura açoriana de setecentos”, in *Estudos de História dos Açores*, II, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

de recuperação de salvados ²⁸. Contudo, a mais recente legislação, concretamente o decreto-lei 289/93 de 21 de Agosto e a portaria 568/95 de 16 de Junho, define o novo quadro da exploração submarina em Portugal ²⁹. Porém, estes diplomas, que reclamam uma revogação urgente e destemida, suscitam a compreensível inquietude da comunidade científica, considerando a condescendência da exploração face à escassez de meios de fiscalização e ao indefinido destino dos achados. De facto, não contestamos em absoluto o princípio da pesquisa subaquática, mas na presente conjuntura a aplicação da nova lei não garante os propósitos indispensáveis de preservação da cultura. Neste particular, destacamos três contrariedades essenciais: a falta de capacidade de intervenção das universidades e dos centros de investigação portugueses; a ineficácia do controlo do Estado; a minguada participação da Região Autónoma dos Açores na cadeia de decisões sobre a exploração de fundos marítimos que lhe são naturalmente próprios.

No problema da exploração subaquática, a avaliação dos recursos técnicos e humanos demanda também um esclarecimento inequívoco. Neste

²⁸ Neste contexto, relembramos, por exemplo, a missão de pesquisa submarina, que ocorre na Terceira em 1972, denominada "Azores International Marine Archaeological Expedition". Esta intervenção, comandada pelo britânico Sidney Wignall, conta com o apoio do Centro Português de Actividades Subaquáticas e do Museu de Angra do Heroísmo. O seu principal objectivo consiste no intento de recuperação dos destroços do navio *Revenge*, que eventualmente pertenceu ao comando do famoso corsário inglês Francis Drake, antes de naufragar na costa terceirense no termo do século XVI.

O inêxito desta expedição justifica decerto o Despacho Ministerial de 1 de Fevereiro de 1973, que concede ao Museu de Angra do Heroísmo o exclusivo da pesquisa e recuperação de objectos de interesse histórico-arqueológico submersos nas baías de Angra e das Águas. Na actual conjuntura, a defesa da validade jurídica desta concessão constitui uma estratégia de conveniente salvaguarda de parte do património cultural subaquático dos Açores. Ademais, o reconhecimento deste direito corresponde à atribuição de um justo prémio à instituição museológica angrense, que leva a dianteira no processo de consciencialização dos povos e dos governantes para a protecção de uma relevante herança do passado.

Sobre o assunto, veja-se: *Some important materials salvaged in under water operations conducted by the Museum during last 15 years*, Museu de Angra do Heroísmo, 1976; Francisco Pedroso de Lima, *Do Património Cultural Subaquático nos Açores ou como o salvaguardar perante a legislação vigente...*, Angra do Heroísmo, 1993 (policopiado).

⁽²⁹⁾ *Diário da República*, I Série-A, n.º 196, Decreto-Lei n.º 289/93 de 21 de Agosto; *Diário da República*, I Série-B, n.º 137, Portaria n.º 568/95 de 16 de Junho.

caso, releva a discórdia permanente entre os empresários mais comprometidos e os arqueólogos melhor intencionados. Com efeito, os primeiros ressaltam a obrigatoriedade de investimentos tamanhos, que excluem a direcção das instituições científicas, motivando a preponderância dos consórcios privados. Ao invés, os últimos desmistificam a necessidade de vultosos dispêndios, apostando na privilegiada participação dos estabelecimentos de ciência. A clarificação desta questão, que obviamente impõe um debate sério, possui importância capital na determinação de estratégias de acção credíveis. Assim, importa sempre a escolha de um modelo de intervenção que estimule a colaboração dos organismos científicos e culturais e salvaguarde a conservação dos salvados, embora aconselhe o necessário adiamento da exploração por compreensível falta de capacidade técnica.

Nos Açores, o peso da tradição e a força da lei responsabilizam os poderes públicos e a Universidade, exigindo acções simultaneamente distintas e complementares, que promovam a defesa da herança do passado. Na esfera governativa, cumpre às autoridades regionais a conquista persistente de capacidade de decisão no campo da exploração subaquática, considerando a riqueza dos fundos marítimos dos Açores e o confronto incerto entre perspectivas de ousada pesquisa e de prudente preservação. Com efeito, a problemática do património submarino reclama uma batalha política decisiva, explorando a postura, pelo menos aparente, de maior sensibilidade cultural das novas autoridades da República, perceptível no adiamento de uma aziaga reunião da Comissão do Património Cultural Subaquático e nas promessas de séria revisão da legislação. Na área científica, compete à Universidade o desempenho de um papel de relevo. Porém, a peculiaridade desta temática e a exigência de uma resposta de qualidade demandam o esboço de um programa de acção credível. Neste contexto, adquire sempre o carácter de necessidade imperiosa o firme e cauteloso apetrechamento técnico e humano e ainda a comedida revalorização de recursos numa visão de maior interdisciplinaridade. A complexidade destas matérias e a busca de indispensáveis financiamentos requerem, entretanto, uma abordagem integrada do problema da exploração subaquática no arquipélago, rogando a participação combinada do Governo, da Universidade e das demais instituições e associações culturais, louvavelmente já despertas para a relevância desta questão.

O intuito da credibilidade dos projectos de investigação aconselha,

por último, o acompanhamento de instituições internacionais do domínio da cultura, nomeadamente da UNESCO. Aliás, a título de mero exemplo, os mares circundantes à privilegiada escala terceirense guardam vestígios culturais de valor muito semelhante aos que determinaram a inclusão de parte do perímetro urbano de Angra na lista classificada do Património Mundial. Este facto converte necessariamente a intervenção subaquática em problema de proveito internacional, que reclama circumspecta reflexão.

4. Conclusão

Nas ilhas, o préstimo da Universidade decorre de correspondência solícita a desígnios específicos de progresso, que exigem uma ponderação diligente à luz dos ditames universalistas do saber. Com efeito, a individualização de temáticas próprias resulta apenas do respeito pelo prudente determinismo histórico-geográfico, que sugere estratégias mais convenientes de desenvolvimento. Deste modo, o ajustamento necessário da instituição ao conspecto regional implica sempre uma prática científica de qualidade, sob pena de aviltante inferiorização no confronto com meios universitários do exterior, comodamente amparados por vetusta tradição.

Na Universidade dos Açores, o estudo da História deriva de uma vivência de meio milénio num ambiente assaz diverso, geradora de perceptível individualidade. Com efeito, a força da geografia condiciona o semblante histórico açoriano, determinando a singular combinação de perspectivas de isolamento e interacção. Daí as dificuldades de composição da história das ilhas, motivadas pela precisão do destaque em simultâneo da especificidade insular, da correlação com os demais arquipélagos do braudeliano “mediterrâneo-atlântico” e do envolvimento nas dinâmicas euro-ultramarinas. No entanto, no termo do longínquo século XVI, as *Saudades da Terra* do Doutor Gaspar Frutuoso já cumprem exemplarmente estes desideratos. Ademais, esta crónica magistral inicia uma tradição historiográfica que, em vez de constituir pretexto de acomodação, significa estímulo de porfiada investigação. Neste caso, destacamos a necessária observância de propósitos científicos de inequívoca actualidade e a pertinente opção por um esforço de síntese, obviamente materializável na redacção de uma História dos Açores, muito reclamada por gerações sucessivas de insulanos. Todavia, o hodierno conhecimento histórico ilhense justifica, na

nossa interpretação, o uso comedido da expressão historiografia açoriana. Contudo, a sua principal característica reside decerto na conexão estreita com as historiografias portuguesa e atlântica, porque a natural interdependência dos factos do passado, a acção de distintas metodologias e a identificação de divergentes propostas de reflexão contraditam a emergência de modelos historiográficos absolutos ou independentes.

As tradicionais definições do objectivo da História convergem no intento de racional reconstituição do passado, naturalmente servido por metodologia adequada. Porém, o conhecimento histórico ainda favorece a compreensão do presente e, embora destituído de atributos proféticos, constitui amparo seguro na construção do futuro. Na verdade, a análise do passado testemunha o préstimo das ilhas na correspondência dos Mundos, que resiste ao encadeamento fortuito das conjunturas e até à evolução das técnicas. Com efeito, a determinante geográfica evidencia sempre a participação dos Açores no conhecimento, exploração e partilha dos continentes, independentemente da sucessão dos tempos e da diversidade dos protagonistas. Assim, durante a Idade Moderna, reconhecemos a contínua utilidade insular nos distintos períodos de pioneirismo dos portugueses, de monopólio dos ibéricos e de supremacia dos nórdicos. Nestas circunstâncias, as actuais dúvidas sobre a missão do arquipélago nas relações intercontinentais encontram apropriada semelhança em diferentes ocorrências históricas, também ditadas pela alteração abrupta de equilíbrios políticos, militares e económicos.

O estudo do passado não obsta à identificação da História com uma ciência do presente. De facto, a justificação histórica explica questões pertinentes da actualidade, constituindo um auxiliar inquestionável da busca de estratégias de intervenção mais conveniente. A título de prova, ressalta a valia do conhecimento histórico para o esclarecimento da significação cultural do património subaquático dos Açores. Esta problemática, motivadora de aceso debate, obriga efectivamente à pesquisa de uma solução de condizente prudência. Neste caso, releva sempre a precisa orientação das instituições de ciência, naturalmente adversa do afã duvidoso da espectacularidade e da pretensão reprovável do mero ganho. Aliás, o respeito pelos vindouros, de certeza mais desportos para a necessária defesa da cultura, exige a procura de um entendimento, que no futuro suscite um desejável juízo de compreensão em vez de amarga censura ou condescendente perdão.